

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 1: Pensamento Político

**POLÍTICA E CULTURA: MAPEAMENTO DO DEBATE SOBRE OS INTELLECTUAIS QUE PENSARAM A CULTURA NO ISEB**

Guilherme de Carli Pavão de Godoy – UFSCar  
guilhermedecarli15@gmail.com

A preocupação com a autonomia nacional, tanto no âmbito político-econômico quanto no social e cultural, que já estava em pauta desde os anos 1920 no Brasil, transforma-se no tema central agenda política nacional com a ruptura do governo Vargas em 1945, inaugurando um período que vai até o ano de 1964 e ficou conhecido na literatura política como populismo, e que, de acordo com Carlos Guilherme Mota se intensifica no governo de Juscelino Kubitschek. Há uma busca pela definição de uma cultura nacional que valorize e impulse o país para uma condição de nação desenvolvida. Diante deste cenário intelectuais como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, entre tantos outros, começaram a analisar e construir uma ideologia nacionalista que tinha como meta alcançar tanto o “povo” quanto as “elites” brasileiras. É por meio de instituições como o IBESP e o ISEB que os debates teóricos tomam uma dimensão política, e também através destas instituições que estes intelectuais procuram dar voz a suas visões de mundo, as quais materializam-se em disputas ideológicas sobre diferentes diagnósticos e prognósticos a respeito de questões como “atraso”, “modernização”, “desenvolvimentismo” e “nacionalismo”. Este trabalho se propõe a fazer um balanço de tal debate através de um mapeamento dos principais intelectuais vinculados ao ISEB.

**Introdução**

Se traçarmos uma trajetória da intelectualidade brasileira que se relaciona direta ou indiretamente com a formação das ciências sociais no país, será importante, como nos mostrou Antonio Candido (2006), partirmos daqueles autores que não se valiam de um rigor científico ao escrever suas obras. Em outras palavras, devemos retornar a um período da história nacional que compreende os anos das duas últimas décadas do século XIX até 1930<sup>78</sup>. Nesse momento, o que podemos observar é a produção de interpretações na forma de ensaios com uma escrita predominantemente descritiva acerca da realidade brasileira.

Gilberto Freyre fora um desses autores que, seguindo uma linha pouco acadêmica (Mota, 1977), produziu textos capazes de formar um imaginário social

---

<sup>78</sup> Evidentemente, muitas obras que foram produzidas ao longo da década de 1920 foram publicadas apenas após 1930, como é o caso de Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre. De qualquer modo, trata-se do pensamento de uma geração cujas obras só fazem sentido no contexto de seus autores.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

acerca de uma suposta democracia racial<sup>79</sup> no Brasil. Seu olhar para a realidade nacional era mais voltado para detectar as relações que podiam ser encontradas na “estrutura patriarcal” do que para uma compreensão de caráter científico dos fatos. Alguns autores já apontaram para as correlações forçadas que Freyre estabelecia; via a casa grande, por exemplo, como um microcosmo do país, sendo para ele a morada da burguesia agrária o lugar onde mais se exprimia o caráter brasileiro (Freyre, 1969). De acordo com Carlos Guilherme Mota, Freyre não escapa à regra de que para os intelectuais de seu tempo “o ‘caráter brasileiro’ existe enquanto realidade tangível, e não como ideologia”, apontando em seguida para sua aproximação do “processo de democratização social” com a formulação de Afonso Arinos de Melo Franco sobre a “democracia social” (Mota, 1977). Ademais, autores como Sérgio Buarque de Holanda e Alberto Torres também seguem esse mesmo estilo ensaísta no referido tempo, interpretando de maneira intuitiva, evolucionista e com base em suas experiências pessoais, como fez Caio Prado Junior ao retornar de uma viagem à União Soviética, onde teve contato com as teorias marxistas vigentes.

A partir de 1930, época de importantes transformações na sociedade e na política brasileira devido ao início da Era Vargas que coincide com a intensificação da industrialização e da urbanização, ocorre um *gap* na produção intelectual que se estende até 1945 (Candido, 2006) e simultaneamente novas instituições de ensino acadêmico são fundadas. Ainda no início da década de 30, ocorre uma revolta da elite econômica de São Paulo numa tentativa de enfraquecer o poder central do Estado; em consequência disso, ao longo dos anos, são estabelecidas em território paulista a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) numa tentativa de manter a força das elites locais, enquanto no Rio de Janeiro é inaugurada apenas a Universidade do Distrito Federal (1935), pelo jurista e escritor Anísio Texeira. Sobre isso, Antonio Candido resume:

---

<sup>79</sup> Gilberto Freyre foi o criador da ideia da existência de uma democracia racial no Brasil, uma relação harmônica (o que não nega os conflitos) entre as raças que aqui convivem. Por conta disso, recebeu inúmeras críticas que o levaram a ser chamado de mistificador, mais do que um ideólogo. Jessé Souza, por sua vez, enxerga aí uma possibilidade de se usar o potencial simbólico do mito; sobre isso, alega: “Aqui, é necessário chamar a atenção para o fato de que os mitos não são simples mentiras. Mitos não são falsos ou verdadeiros do mesmo modo que teorias científicas. Mitos não pretendem *descrever* realidades. Uma vez que o mito serve primariamente para conferir um *sentido* a essa realidade (Bellah, 1991), ele visa, antes de mais nada, à produção de solidariedade social e à viabilização de projetos coletivos. O fato de grande parte de nossa auto-estima estar ligada ao projeto da miscigenação racial e da integração cultural é um fato sociologicamente relevante e extremamente importante para que políticas públicas possam eficazmente mudar a realidade cotidiana das pessoas que teriam mais a ganhar com isso.” (Souza, 2000)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“[...] o ensino se desenvolveu depois de 1930, mas só no decênio seguinte as escolas superiores passaram a fornecer de maneira ponderável professores e pesquisadores para abastecer os cursos técnicos, as faculdades, os serviços de investigação no setor social, que então se estabeleceram. A situação é particularmente favorável no estado de São Paulo, cujo ensino oficial é bastante desenvolvido, exigindo-se dos professores concurso de títulos e provas, e onde, no grau superior, existe o regime de tempo integral.” (Candido, 2006: 289)

Desde então, as disputas passam a ocupar espaço no campo das ideias de modo crescente, e não mais (ao menos não tanto quanto antes) mediante lutas concretas, já que os atores políticos agora dispõem de uma via institucional.

É logo após 1945, porém, que parte de uma nova intelectualidade surgirá no campo político e cultural, direcionando o seu pensamento numa vertente ideológica denominada nacionalismo. A proposta deste artigo é mapear o debate dos principais intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) dentro da conjuntura política em que se encontravam, destacando algumas de suas dissonâncias teóricas no que tange o projeto de dimensão nacional ao qual se propunham. Num primeiro momento, será descrito brevemente o estilo de governo do período de 1945 a 1964 e a formação do ISEB para localizarmos melhor as ideias em jogo. Num segundo momento, será a vez do mapeamento propriamente dito, buscando relacionar autores e obras, nuances ideológicas e afins. Finalmente, o artigo terminará em uma reflexão sobre a intelectualidade isebiana e sua ação.

### **Conjuntura**

Herança do primeiro governo de Getúlio Vargas, o populismo foi a política sustentada desde a presidência de Eurico Gaspar Dutra até a derrubada de Jango. Baseado na manipulação das massas e sob pressão delas em certa medida, o populismo é produto de uma crise política nascida da revolução de 30 e de uma mudança na estratégia econômica que passaria a conduzir o país nas próximas décadas. Conforme nos mostra Francisco Weffort, esse estilo de governo deve necessariamente se calcar em alguma forma de autoritarismo, “seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massa da democracia do pós-guerra (1945-64)” (Weffort, 1979: 49). Durante esse processo, surge o nacional-desenvolvimentismo no plano político-econômico como projeto de intensificação planejada da industrialização e aprimoramento da infra-estrutura do país,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

tendo como sustentáculo a ideologia do nacionalismo, teorizada e difundida por muitos intelectuais da época.

Diante desse cenário, alguns pensadores começaram a se reunir no Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, para discutir os problemas históricos e emergentes do Brasil e traçar possíveis prognósticos. Com a frequência dos encontros e a vontade de institucionalizar esse grupo de estudos, houve, em 1953, a criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), cujas ideias eram divulgadas por meio dos Cadernos de Nosso Tempo. Para Simon Schwartzman:

“A importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.” (Schwartzman, 1979: 3)

Com base na citação acima, o ISEB<sup>80</sup> talvez não teria sido criado se não fosse a existência anterior do IBESP, que certamente lhe servira de inspiração e modelo, além da Liga de Emancipação Nacional, grupo composto por uma maioria comunista. Em 14 de Julho de 1955, durante o governo de Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros fora inaugurado no Rio de Janeiro com um considerável grau de independência, mesmo que vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Alguns intelectuais vieram do IBESP, unindo-se a novos pensadores que viriam a integrar o grupo responsável por pensar a nação, tendo em vista o objetivo de difundir ideias<sup>81</sup> que pudessem colaborar com o desenvolvimento do país no plano infra-estrutural e na emancipação ideológica. Embora não seja a proposta desse artigo analisar a conjuntura política do período, devemos partir do pressuposto de que os isebianos pensam e escrevem dentro de um quadro político, econômico e social e, mais do que isso, produzem com perspectiva de mudanças práticas (Schwartzman, 1979), por isso são chamados intelectuais.

---

<sup>80</sup> Segundo o próprio decreto: “O Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), instituído pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, no Ministério da Educação e Cultura e diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, dotado, para a realização de seus fins, e na forma deste Decreto, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.” (Regulamento geral do ISEB- Decreto nº 37.068; 14/07/1955. Lex; Marginália, 1955, pp. 241-44).

<sup>81</sup> Apesar de terem um objetivo em comum, é necessário informar que não havia consenso quanto aos termos por eles utilizados: “nacionalismo”, “desenvolvimento”, “massas” etc.

### **Mapeamento**

O ISEB era dividido em vários departamentos e o segmento de Política ficou com um dos isebianos (e ex-ibesiano) que mais contribuíram para o nacionalismo dos anos 50, a saber, o cientista político e sociólogo Hélio Jaguaribe, autor de importantes livros como “O Nacionalismo da Atualidade Brasileira” e “Condições Institucionais do Desenvolvimento”, sendo o primeiro uma crítica ao nacionalismo exacerbado, considerado por ele um dos responsáveis por impedir investimentos estrangeiros que seriam favoráveis ao desenvolvimento do país, e o segundo uma discussão sobre a eficácia da ideologia e “da organização de núcleos de coordenação e de esclarecimentos sociais” (Jaguaribe, 1958: 53) na constituição de uma nação una e desenvolvida. Seguindo um critério metodológico, ao contrário dos ensaístas dos períodos anteriores, Jaguaribe faz uso da sociologia do conhecimento e da sociologia histórica para atribuir uma maior objetividade à pesquisa científica da política, assunto tratado inclusive nos primeiros capítulos de “Condições Institucionais do Desenvolvimento”.

O impacto de “O Nacionalismo da Atualidade Brasileira” foi, antes de tudo, institucional. Após a publicação desse livro em 1958, uma crise interna atingiu o ISEB por causa de um conflito sobre a questão do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás. O problema era justamente sobre a participação ou não do capital internacional, a qual para Jaguaribe era vantajosa desde que “disciplinada” ao interesse brasileiro, contrariando a opinião dos demais isebianos (Lovatto, 1996). Em 1959, Jaguaribe se desligou da instituição e deu a ela o início de uma nova fase<sup>82</sup>, desta vez marcada pela defesa radical do nacionalismo em sintonia com as Reformas de Base<sup>83</sup>.

O adversário central de Hélio Jaguaribe na crise do ISEB foi o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Nem tudo, entretanto, era divergência; um ponto em comum entre os dois autores é o caráter autoritário da ideologia do desenvolvimento nacional, junto a suas críticas sobre tudo aquilo que poderia destruir o capitalismo brasileiro, base da segurança nacional (Toledo, 1997). Guerreiro Ramos foi um ator político que iniciou sua carreira intelectual atuando na área da saúde pública e da administração e que, mesmo após 1950, continuou preocupado com essa temática, buscando articulá-la com

---

<sup>82</sup> Cf. Lovatto (1996)

<sup>83</sup> Como ficaram conhecidas as reformas educacionais, políticas, tributárias e agrárias do governo de João Goulart. O conjunto dessas reformas foi chamado de “bandeira unificadora”.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

os problemas sociais da época sob a pretensão de que o desenvolvimento nacional fosse capaz de modificar as condições de vida do povo, como as condições sanitárias (Maio & Lopes, 2012). Ao contrário de Jaguaribe, Guerreiro Ramos acreditava que a sociologia deveria metodologicamente ser uma ciência interpretativa (Oliveira, 1995) e portanto seu posicionamento intelectual era essencialmente engajado<sup>84</sup> nas causas sociais, mesmo sob risco de perder a objetividade.

Guerreiro Ramos se consagrou no ISEB com os livros “A Redução Sociológica”, “Ideologias e Segurança Nacional” e “Condições Sociais do Poder Nacional”. O primeiro é relevante para compreendê-lo não só como autor mas também como ator engajado, pois é a afirmação de seu posicionamento em relação à sociologia brasileira que, segundo ele, deveria se empenhar em aflorar no povo uma consciência e buscar uma condição existencial. Cria então a noção de “fato nacional brasileiro”, sobre o qual o cientista político Fernando de Barros Filgueiras comenta:

“Se o objetivo da sociologia é descortinar as condições existenciais da sociedade brasileira, atesta Guerreiro Ramos que todas as questões e perguntas suscitadas pela atividade sociológica devem se dirigir ao que ele nomeou como fato nacional brasileiro. As condições existenciais que Guerreiro procurou compreender dizem respeito à configuração da identidade nacional no Brasil. O fato nacional brasileiro diz respeito ao fato de o Brasil ter deixado de ser um povo "natural" para se tornar um povo "histórico". As condições do desenvolvimento acelerado na era Vargas propiciaram o aflorar dessa consciência crítica que deveria ser organizada e refletida pela sociologia. [...] O Brasil, finalmente, havia chegado à sua condição histórica, rompendo os padrões impostos pelo estatuto colonial. E, pelo fato de ter alcançado a sua condição histórica, é que o conhecimento sociológico se torna possível e necessário.” (Filgueiras, 2012)

Mais importante, contudo, é sua visão da ideologia como *ante-factum* - partilhada pelos demais isebianos (com exceção de Sodré) -, ou seja, de uma ideologia surgida a partir das transformações materiais, o que num contexto como o dele (desde o governo Vargas) só poderia ser a industrialização e suas duas consequências secundárias, “a urbanização e as alterações do consumo popular” (Ramos, 1957). Ela pode também surgir como produto histórico, quando “a nação já possui condições que lhe permitem apoderar-se de seus destino” (Ramos, 1956). A ideologia tratada por ele e pelos demais é, quando ideal, chamada “consciência crítica” em oposição à “consciência ingênua”, alienada.

---

<sup>84</sup> O período em que esteve no ISEB e aquele que ajudou a criar a Escola Brasileira de Administração Pública da FGV foram, evidentemente, uma exceção a seu engajamento.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O militar e historiador Nelson Werneck Sodré, por sua vez, é um contrapeso em relação aos demais autores isebianos, uma vez que encarara a ideologia como uma construção *post-factum*, enxergando-a como uma falsificação que serve somente aos interesses burgueses. Segundo Caio Navarro de Toledo (1997), não é encontrado em nenhuma parte da obra de Sodré algum tipo de preocupação ou alerta para a formação de uma ideologia nacionalista. Em sua publicação intitulada “Ideologia do Colonialismo”, Sodré afirma que “toda ideologia é justificatória por definição, gerando-se de condições concretas e, portanto, sendo constituída a posteriori, pretende sempre apresentar-se como apriorística” (Sodré, 1965: 129-30).

Quanto ao nacional-desenvolvimentismo, Nelson W. Sodré, ao lado de Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, via o imperialismo como o princípio das forças que impedem o país de se desenvolver. A explicação de Sodré é baseada na contradição “nação” e “antinação” que os isebianos tomam como o principal antagonismo nas forças de modernização e autonomia brasileira (Toledo, 1997). Segundo o autor, o imperialismo pode ser uma variável externa ou uma associação ao capital interno, sempre desinteressado nos problemas sociais do povo e voltado apenas para a grande burguesia e proprietários de terras. Outra dicotomia unânime entre os intelectuais do ISEB é a contradição “capital” e “trabalho”, superada somente quando o almejado estágio de desenvolvimento for alcançado (Toledo, 1997).

Quem melhor explorou os conceitos de “consciência ingênua” e “consciência crítica” foi Álvaro Vieira Pinto em sua obra “Consciência e Realidade Nacional”, dividida em dois volumes que somam mais de mil páginas. De acordo com seus escritos, a consciência ingênua não tem percepção sobre as relações de poder e controle sobre si mesma, sendo isenta de rigor nos seus julgamentos e concomitantemente detentora de critérios absolutos; é satisfeita consigo e, portanto, fechada ao diálogo. Já a consciência crítica é sábia das variáveis que a determinam, estando empenhada em desvendar os processos sociais e históricos, além da busca pela objetividade (Pinto, 1960). A “autoconsciência” é vital para que se tome o rumo da própria história e é isso que deve ser levado em conta pelo ISEB. O ponto é que, para Vieira Pinto, a ideologia deve proceder do povo, e não ser imposta a ele, caso contrário ela não será legítima. Quanto a isso, afirma em “Consciência e Realidade Nacional” que é natural às massas o desenvolvimentismo enquanto ideologia.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Por fim, não poderia deixar de entrar nesse levantamento o autor de “Formação e Problema da Cultura Brasileira” e “Brasília e o Desenvolvimento Nacional”, Roland Corbisier. É marcante em ambos os livros a questão da necessidade de uma identidade nacional e a descolonização completa (a nível cultural e econômico) do povo brasileiro. O crescimento da economia e a soberania política não foram suficientes para a mudança da configuração do país, visto que há ainda vínculos de dependência e influência com países como a França e Inglaterra (Corbisier, 1958). Resta então criar essa nação brasileira e, para isso, parte da ideia de “integração” nacional como base da formação de um mercado interno e aceleração do processo de industrialização (Oliveira, 2006), associando também à esse projeto ideológico e político a construção de Brasília: “Todas as grandes culturas e civilizações que conhecemos, encontram, por assim dizer, seu arremate e seu coroamento na construção da Metrópole, da grande capital” (Corbisier, 1960). Temos aqui sua implícita relação com o governo Juscelino Kubitschek.

### **Conclusão**

Um projeto, uma instituição, várias visões de mundo: o ISEB jamais fora um conjunto de ideias que se encaixavam perfeitamente e que chegava aos receptores como um manual pronto e coerente, mas sim um campo de debates, disputas e contradições provenientes de diversas leituras acerca da realidade. Apesar do seu objetivo ser claro, promover a ideologia nacionalista em prol do desenvolvimento do país, os intelectuais produziram diferentes ideais sobre as formas de como atingi-lo, tendo como causa própria a particularidade da interpretação de cada autor sobre os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil.

Pensando nas relações internacionais, no papel da classe trabalhadora, na construção da capital federal entre outros, os isebianos foram antes ideólogos do que cientistas sociais (Franco, 1978), transmutando-se de acadêmicos em políticos (Mota, 1977). Em “ISEB: fábrica de ideologias”, Caio Navarro de Toledo diz que “a ideologização do pensamento isebiano ocorre quando se confere à prática ideológica (em particular a ideologia do desenvolvimento) os protocolos de validação de toda produção teórica” (Toledo, 1997: 195), ou seja, a ciência passa a ser legitimada pela criação dessas ideologias.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Contudo, acontece com esses pensadores o que Michel Foucault (1974) apontara para os problemas dos intelectuais em geral quando estes desapropriam o discurso das massas e falam em seu nome. Para o autor francês, as massas não precisam de alguém que fale por elas, mas sim que possam romper o sistema para que suas vozes sejam ouvidas. Sartre (1972) também deixou claro que estar do lado da classe trabalhadora não faz do intelectual um não-burguês, o que o levaria a discursar contra si mesmo e, sobre isso, podemos imaginar um discurso que não se sobrepõe à polifonia do povo. A falha do projeto isebiano - e tomo isso como hipótese - pode justamente ser consequência da tentativa de imposição de uma ideologia, abafando uma possível reflexão que poderia surgir do povo. Vemos em Álvaro Vieira Pinto, então, alguém que percebeu essa “agressão” dos intelectuais em relação àqueles que eles mesmos pretendiam conscientizar. Já que a consciência crítica não partira das massas, mas fora imposta a elas, teria ela sido de fato crítica? Não teria, então, sido o nacionalismo uma outra forma de alienação?

### Referências Bibliográficas

- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974, p 140-41.
- GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.
- FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. *Cad. CRH, Salvador*, v. 25, n. 65, Aug. 2012.
- FRANCO, Maria S. C. O tempo das ilusões. In: CHAUI, M.; FRANCO, M. S. *C. Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978.
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.
- MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. Da escola de Chicago ao nacional-desenvolvimentismo: saúde e nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos (1940 - 1950). *Sociologias, Porto Alegre*, v. 14, n. 30, 2012.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1977.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. *Soc. estado., Brasília*, v. 21, n. 2, Aug. 2006.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro, MEC. 1960.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia do desenvolvimento nacional*. 4. Ed. Rio de Janeiro, MEC, 1960.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1956.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- \_\_\_\_\_. A redução sociológica. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.
- \_\_\_\_\_. Condições sociais do poder nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- SARTRE, Jean Paul. Plaidoyer pour les intellectuels. Paris. Gallimard: 1972.
- SIMON, Schwartzmann (org.). O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- SODRÉ, N. W. A ideologia do colonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira. Estudos afro-asiáticos, Rio de Janeiro, n. 38, 2000.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. Campinas-SP: Ed Unicamp, 1997.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira In *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. [449-75]
- \_\_\_\_\_. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.